



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

### CONVITE

#### AJUSTE DIRETO - PROCEDIMENTO N.º AD/58/2024

#### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA DE SEGURANÇA EM NUVEM PARA O SERVIDOR DO MUNICÍPIO

O Município de Ponta do Sol, entidade adjudicante, NIPC 511235461, sedado na Rua de Santo António, 5, 9360-219 Ponta do Sol, telefone n.º 291 972 106, correio eletrónico [contratacao@cm-pontadosol.pt](mailto:contratacao@cm-pontadosol.pt), convida Vossa Excelência a apresentar proposta no âmbito do procedimento de **Ajuste Direto**, adotado para aquisição de aquisição de serviços de cópia de segurança em nuvem para o servidor do município conforme Caderno de Encargos que se anexa.

- 1- A decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada por despacho da **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, em **06/12/2024**, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e subsequentes atualizações tendo sido reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril, por força do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual (adiante designado por CCP), bem como nos termos do n.º 2 do artigo 71.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.
- 2- O procedimento será realizado através de **Ajuste Direto, no regime geral**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, do n.º 2 do artigo 112.º, do n.º 1 do artigo 113.º do todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual (adiante designado por CCP) e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, que adaptou o Código dos Contratos Públicos na Região Autónoma da Madeira (adiante designado por CCP-RAM).
- 3- O objeto do contrato encontra-se definido no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o código **72910000-1 Serviços informáticos de segurança**
- 4- O critério de adjudicação obedece ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, nomeadamente o **critério Monofator de avaliação do preço enquanto único elemento de execução do contrato a celebrar**, não sendo a proposta apresentada objeto de negociação.
- 5- O preço base global do presente procedimento é de **€10 187,28 (dez mil cento e oitenta e sete euros e vinte e oito cêntimos)**, valor sujeito ao IVA à taxa legal em vigor.
- 6- O prazo de execução do contrato é de **36 (trinta e seis) meses**.
- 7- Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento necessários à boa compreensão e interpretação das mesmas, bem como a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelo interessado, são da competência do órgão competente para a decisão de contratar e devem ser apresentados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP.
- 8- **As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:**
  - 8.1. Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I-M**, que faz parte integrante do presente convite, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A do CCP, conforme aplicável, e do artigo 6.º do CCP-RAM;
  - 8.2. Documento que contenha o preço proposto, de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, elaborado em conformidade com o modelo do **anexo II**, que faz parte integrante do presente convite, conforme dispõe a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

### 8.3. Anexo III - Declaração Para Efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados;

8.4. No caso de pessoa coletiva, deverá entregar uma **cópia da Certidão Permanente** de Inscrição no **Registo Comercial ou documento equivalente** ou, **no caso de pessoa singular**, declaração onde conste o nome, número de contribuinte, número de bilhete de identidade, data da sua emissão, entidade emissora e morada completa;

8.5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante;

8.6. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a oposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP;

8.7. Declaração sob compromisso de honra elaborada nos termos do disposto no n.º 13 do artigo 42.º conjugado com o artigo 419.º-A e alínea f) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, conforme o **Anexo IV**;

8.8. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 57º do CCP.

### 9- Apresentação da proposta:

9.1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).

9.2. A proposta deve ser apresentada até às **23H59 do 6.º dia** consecutivo a contar da data de envio do convite.

9.3. A proposta não é suscetível de negociação.

9.4. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP.

9.5. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, **devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica** próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no art.º 54 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto (regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública).

10- Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a **oposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem**, assegurando-lhes nos termos da Lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP, conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

11- O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de **66(sessenta e seis) dias**, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP.

12- Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução no presente procedimento.

13- Nos termos do artigo 51.º do CCP, as normas do Código relativas à formação e execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento, razão pela qual, também quaisquer omissões e lacunas serão supridas e integradas com recurso às normas legais.

14- **No prazo máximo de 5 dias úteis a contar da notificação de adjudicação**, deverão ser obrigatoriamente apresentados os seguintes **documentos de habilitação**: (nos termos do previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, bem como da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP):

14.1A declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo II-M**, que faz parte



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

integrante do presente convite, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e o do n.º 1 do artigo 7.º do CCP-RAM;

- 14.2** Documento comprovativo de registo no **Registo Central de Beneficiário Efetivo** (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP, se aplicável;
- 14.3** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, nomeadamente:
- a. **Certificado do registo criminal de pessoas singulares ou coletivas e dos titulares dos respetivos órgãos sociais de administração**, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções;
  - b. Declaração comprovativa de **situação regularizada relativamente às contribuições** para a segurança social em Portugal;
  - c. Certidão comprovativa de **situação regularizada relativamente a impostos** devidos em Portugal.
- 14.4** Sem prejuízo do disposto no artigo 81.º do CCP, na Região Autónoma da Madeira o adjudicatário está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 7.º do CCP-RAM, pelo que, deverá também apresentar, os seguintes documentos:
- a. **Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;**
  - b. **Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR da Autoridade Tributária;**
  - c. **Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);**
  - d. **Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA;**
  - e. Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas nos pontos anteriores, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação, em conformidade com o modelo constante do **Anexo A**, o qual faz parte integrante do presente convite.
- 14.5** Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão de contribuinte ou cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito.
- 14.6** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 14.7** Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, **a oposição de uma assinatura eletrónica qualificada** deve ocorrer em **cada um** dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
- 15-** Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a **certificados qualificados de assinatura eletrónica** próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no art.º 54 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

---

**16-** O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário é de **2 dias úteis** após notificação para o efeito, nos termos da parte final da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º do CCP.

**17-** O procedimento extingue-se se, por motivo superveniente não seja possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

**18-** As propostas apresentadas no âmbito do presente procedimento não serão objeto de negociação.

### **19- Forma do contrato**

O contrato encontra-se dispensado de formalização por escrito, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, conjugado com o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

### **20- Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplica-se, nomeadamente, o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- b) Código dos Contratos Públicos da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual;
- c) Plataformas eletrónicas de contratação pública;
- d) Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, na sua redação atual;
- e) Em demais legislação aplicável.



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

---

*Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.*

A Presidente da Câmara Municipal,

Célia Maria da Silva Pecegueiro

Junta:

- **Anexo I-M** – Modelo da declaração - alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do CCP e do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.
- **Anexo II-M** - Modelo da declaração - alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.
- **Anexo II** – Modelo da declaração relativa à proposta do preço global da prestação do serviço.
- **Anexo III** – Declaração para efeitos do Regulamento Geral da Proteção de Dados;
- **Anexo IV** - Modelo de declaração relativa ao cumprimento do artigo 419º-A do CCP;
- **Anexo A** – Modelo da declaração - n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.
- **Caderno de Encargos.**



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

### ANEXO I-M MODELO DE DECLARAÇÃO DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual e o artigo 6.º do Código dos Contratos Públicos-RAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 agosto, na redação atual]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

---

### ANEXO II - M

#### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

---

### ANEXO II

#### MINUTA DA PROPOSTA

[a que se refere o ponto 8.2 do Convite e a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual]

\_\_\_\_\_ (indicar firma e sede, ou nome, estado civil, profissão, e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento, para \_\_\_\_\_ (designação do procedimento), a que se refere o convite datado de \_\_\_\_\_ (data), obriga-se a executar o serviço de acordo com as condições estabelecidas no Convite, Caderno de Encargos e demais documentação, pelo valor global de € \_\_\_\_\_ (indicar por extenso), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no prazo de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso).

Esta declaração constitui o atributo da nossa proposta para os efeitos do disposto na al. b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data .....

Assinatura .....





## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

---

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu, \_\_\_\_\_ (nome pessoa singular, identificação pessoal completa), fui informado que o Município da Ponta do Sol irá tratar os meus dados pessoais, para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de publicação no âmbito do presente procedimento com a ref.ª \_\_\_\_\_, com a finalidade prevista no artigo 27.º da Lei 58/2019 de 08/08 e consinto o tratamento dos mesmos para esse fim.
3. Mais declaro que tomei conhecimento que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública e fornecidos, caso se revele necessário ou aplicável ao caso, ao Tribunal de Contas ou outra entidade judiciária, tendo o direito de solicitar o acesso aos mesmos ou requerer a sua atualização e/ou retificação, eliminação e portabilidade.
4. Fui informado que tenho o direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), perante qualquer violação dos direitos.

Data:

Assinatura:



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

### ANEXO A

#### Modelo de declaração (caso aplicável)

[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Código dos Contratos Públicos-RAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º de Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira:

- ☐ Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira; (3)
- ☐ Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10 e DMR); (3)
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES); (3)
- ☐ Anexo R da última declaração periódica do IVA. (3)

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.



## MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

---

### ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nos termos do disposto no ponto 8.7 do Convite)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente ao procedimento ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara sob compromisso de honra que, a sua representada <sup>(2)</sup> cumprirá ao disposto na cláusula 7ª do Caderno de Encargos.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(3)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.